

PROF. DOUTOR DÁRIO MOURA VICENTE
Lisboa, Portugal



CURRICULUM VITAE

CARREIRA ACADÉMICA

1

Dário Moura vicente é Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde obteve o Doutoramento, com distinção e louvor por unanimidade, e a Agregação em Ciências Jurídicas e onde lecionou, ao longo dos últimos 30 anos: Teoria Geral do Direito Civil, Direito das Obrigações, Direito Comparado, Direito Internacional Privado, Direito Comercial Internacional, Direito de Autor e Direito da Propriedade Industrial.

Foi Professor Visitante da Academia da Haia de Direito Internacional, da Universidade de Paris V, da Universidade Complutense de Madrid e da Universidade de Urbino.

Ensinou ainda, na mesma qualidade: (i) nas Universidades Agostinho Neto, Eduardo dos Santos, Onze de Novembro, Mandume e Katyavala Buíla (Angola); (ii) nas Universidades de Brasília, do Paraná, de Santa Catarina e São Paulo (Brasil); (iii) no Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais e na Universidade do Mindelo (Cabo Verde); (iv) no Instituto Politécnico de Macau (China); (v) no Salgãocar College of Law e no Kare College of Law (Goa); (vi) na Faculdade de Direito de Bissau (Guiné-Bissau); (vii) na Universidade Eduardo Mondlane, na UniZambeze e na UniSave (Moçambique); e (viii) na Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (Timor-Leste). Professor Adjunto da Universidade de Macau desde 2013.

Foi Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (entre 2002 e 2004) e Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica (entre 2006 e 2020). Foi, entre 2020 e 2022, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito e membro do Senado da Universidade de Lisboa.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Membro da Ordem dos Advogados de Portugal desde 1987.

Consultor jurídico do Ministro da Presidência de Portugal (1990-1994).

Sócio de *Barros Sales & Associados, Advogados* (1994-2012).

Consultor de *Serra Lopes, Cortes Martins & Associados, Advogados* (desde 2012).

EXPERIÊNCIA ARBITRAL

Membro das listas de árbitros e conciliadores, bem como de comités *ad hoc* de anulação, do Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID), por nomeação do Governo português.

Integra igualmente as listas de árbitros os Centros de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, da Associação Comercial do Porto, da Câmara de Comércio de Cabo Verde, do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios de Angola (CREL), do Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação de Moçambique (CACM) e do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (CMA-CPCB).

Participou como Árbitro Presidente, Árbitro Único, Co Árbitro, Advogado e Jurisconsulto em várias dezenas de arbitragens nacionais e internacionais (*ad hoc*, Centro de Arbitragem Comercial, CCI, ICSID, NAI, WIPO e OHADA), respeitantes nomeadamente a litígios em matéria de Direito dos Contratos, Direito Comercial, Direito das Sociedades Comerciais, Direito Bancário, Empreitadas de Construção Civil e Obras Públicas, Parcerias Público-Privadas, Investimento Estrangeiro, Direitos de Autor e Conexos e Direito da Propriedade Industrial.

Destacam-se as arbitragens envolvendo as seguintes partes:

1. Uma empresa de pesca portuguesa e uma empresa de pesca marroquina (sede de arbitragem em Marrocos).
2. Uma empresa de construção portuguesa e o maior produtor, distribuidor e fornecedor de eletricidade de Portugal (sede da arbitragem em Portugal).
3. A concessionária da travessia do Tejo e da República Portuguesa (sede de arbitragem em Portugal).
4. Um agrupamento complementar de empresas congregando várias das principais empresas de construção civil portuguesas e o promotor de um projeto imobiliário em Gibraltar (sede da arbitragem no Reino Unido).
5. Um dos maiores construtores de automóveis franceses e a República Portuguesa (sede de arbitragem em Portugal).
6. A companhia aérea nacional portuguesa e um sindicato de pilotos de linha aérea (sede de arbitragem em Portugal).
7. Uma empresa cervejeira espanhola e um banco português (sede de arbitragem em França).
8. Uma empresa suíça e uma empresa angolana de prospeção de diamantes (sede de arbitragem em Portugal).
9. Uma empresa holandesa de construção e a maior empresa portuguesa de produção, refinação, comércio, logística e venda a retalho de petróleo (sede de arbitragem em Portugal).

10. Uma empresa especializada em empreitadas de construção de rodovias e a sociedade proprietária de um empreendimento turístico no Algarve (sede da arbitragem em Portugal).
11. Um investidor privado português e uma empresa cervejeira brasileira (sede de arbitragem no Brasil).
12. Um promotor imobiliário holandês e um promotor imobiliário português (sede de arbitragem em Portugal).
13. Uma entidade portuguesa de gestão dos direitos dos artistas intérpretes e uma das maiores empresas portuguesas de telecomunicações (sede de arbitragem em Portugal).
14. Uma concessionária de autoestradas portuguesa e a República Portuguesa (sede de arbitragem em Portugal).
15. Uma empresa de construção francesa e uma empresa líbia proprietária de um hotel da Guiné-Bissau (sede da arbitragem na Guiné-Bissau).
16. Uma companhia de seguros angolana e a sucursal angolana de uma empresa de construção civil portuguesa (sede da arbitragem em Angola).
17. A República da Guiné-Bissau e um fornecedor multinacional de serviços energéticos (sede de arbitragem em Portugal).
18. Um grande número de detentores multinacionais de patentes farmacêuticas e fabricantes de medicamentos genéricos (sedes de arbitragem em Portugal).
19. Uma sociedade holding offshore constituída na Madeira e na República da Venezuela (sede de arbitragem em Washington, D.C.).
20. Uma holding portuguesa e uma empresa angolana de prospeção de diamantes (sede de arbitragem em Angola).
21. Uma empresa espanhola de infraestruturas aeroportuárias e um importante construtor aeronáutico europeu (sede de arbitragem em Espanha).
22. A concessionária da maior barragem angolana produtora de eletricidade e uma empresa de construção chinesa (sede da arbitragem em Angola).
23. Uma empresa de construção brasileira e um dos maiores bancos portugueses (sede de arbitragem em França).
24. O concessionário do maior porto de águas profundas português e o maior produtor, distribuidor e fornecedor de eletricidade de Portugal (sede de arbitragem em Portugal).
25. O proprietário de uma das maiores centrais hidroelétricas do Brasil e de um grupo brasileiro de empresas de construção (sede de arbitragem no Brasil).
26. Um agrupamento complementar de empresas de construção civil e obras públicas e uma entidade pública empresarial portuguesa responsável pelo planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do programa de modernização da rede pública de escolas secundárias (sede da arbitragem em Portugal).
27. Um consórcio de empresas de construção brasileiras e a concessionária do sistema de metropolitano de São Paulo (sede da arbitragem no Brasil).
28. Uma sociedade holding constituída nos Países Baixos e a Companhia Nacional Angolana de Petróleo (sede da arbitragem na Holanda).
29. Um produtor multinacional de energia solar e o Reino de Espanha (sede do processo de anulação da decisão arbitral em Washington, D.C.).
30. Uma empresa sediada nos Emiratos Árabes Unidos especializada na construção e equipamento de estaleiros navais e a República de Moçambique (sede da arbitragem na Suíça).

31. Um produtor alemão de energias renováveis e o Reino de Espanha (sede do processo de anulação da decisão arbitral em Washington, D.C.).
32. Uma empresa de construção portuguesa e uma empresa de construção espanhola, partes num contrato de *joint venture* relativo à construção de um terminal de contentores no Togo (sede da arbitragem em França).
33. Uma companhia de navegação angolana e os proprietários de várias embarcações fretadas pela primeira (sede de arbitragem em Londres).
34. Uma empresa espanhola de engenharia e construção e duas empresas portuguesas constituídas para gerir a conceção, a construção e o funcionamento de centrais energéticas de biomassa (sede de arbitragem em Portugal).

ATIVIDADE INSTITUCIONAL

Foi membro do Grupo de Trabalho encarregado pelo Governo português da elaboração do anteprojeto de Lei da Arbitragem Voluntária de 2011.

Presidente da *Associação Portuguesa de Arbitragem* e da *Associação Portuguesa de Direito Intelectual*.

Membro da Comissão de Arbitragem e ADR da CCI.

Vice-Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (2016-2019).

Membro da *Académie Internationale de Droit Comparé* (AIDC), da *International Law Association* (ILA) e do *Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional* (IHLADI). Vice-Presidente da *Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung*. Presidente da Assembleia Geral e membro do Conselho Científico da Associação Europeia de Direito Internacional Privado (EAPIL). Membro do Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito de Lisboa.

4

IDIOMAS

Dário Moura Vicente é fluente em português (falante nativo), inglês, francês e espanhol.

DISTINÇÕES

É Comendador da Ordem de Mérito do Trabalho Getúlio Vargas, por designação do Presidente da República Federativa do Brasil (2018).

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Em alemão

1. «Unkörperliche Güter im Romanischen Rechtskreis», in Stefan Leible, Matthias Lehmann & Herbert Zech (eds.), *Unkörperliche Güter im Zivilrecht*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2011, pp. 75-93.
2. «Das gemeinsame Recht der Portugiesischsprachigen Länder», in Stefan Grundmann *et al.* (eds.), *Schriften zum Portugiesischen und Lusophonen Recht*, vol. 6, Baden-Baden, Nomos Verlag, 2014, pp. 179-189.

Em chinês

3. 葡语国家和地区的民法典：继续与变异 («O Código Civil na Lusofonia: constantes e variáveis»), *Journal of Modern Rule of Law*, 2020, vol. 1, pp. 94-106.

Em español

4. «Competencia internacional y reconocimiento de sentencias extranjeras en el derecho autónomo portugués», *DeCITA - Derecho del Comercio Internacional*, vol. 4 (2005), Buenos Aires, pp. 695-708.
5. «La formación de los contratos internacionales», *Revista Española de Derecho Internacional*, vol. LVII (2005/I), pp. 239-256.
6. «Perspectivas de la armonización y unificación internacional del Derecho Privado en una época de globalización de la economía», in Alfonso-Luis Calvo Caravaca & Esperanza Castellanos Ruiz (eds.), *La Unión Europea ante el derecho de la globalización*, Madrid, Colex, 2008, pp. 401-420.
7. «Principios Sobre Conflictos de Leyes en Materia de Propiedad Intelectual», in *Cuadernos de Derecho Transnacional*, Madrid, vol. 3, n.º 1 (2011), pp. 5-23.
8. «El arbitraje de inversiones y las nuevas competencias de la Unión Europea conforme al artículo 207 del TFUE», *Arbitraje: Revista de arbitraje comercial y de inversiones*, vol. V (2012), n.º 3, pp. 9-14.
9. «La culpa in contrahendo en el Derecho Internacional Privado europeo», in *Anuario Español de Derecho Internacional Privado*, 2013, pp. 53-72.
10. «El régimen portugués de resolución extrajudicial de conflictos en materia de patentes», in *Estudios de Derecho Mercantil. Libro homenaje al Prof. Dr. h.c. José Antonio Gomez Segade*, Madrid, Marcial Pons, 2013, pp. 789-802.
11. «El enriquecimiento sin causa en el Reglamento de Roma II», *Cuadernos de Derecho Transnacional*, vol. 8, n.º 2 (October 2016), pp. 292-305.
12. «La autonomía privada y sus distintos significados a la luz del Derecho Comparado», in Diego Fernández Arroyo/José Antonio Moreno Rodríguez (directores), *Contratos internacionales*, Buenos Aires, Asociación Americana de Derecho Internacional Privado, 2016, pp. 59-89.
13. «La aplicación del principio *iura novit curia* en el arbitraje internacional», *Arbitraje. Revista de Arbitraje Comercial y de Inversiones*, vol. X (2017), n.º 1, pp. 15-40.
14. «La crisis económica mundial y los contratos internacionales», in Juan José Álvarez Rubio e outros (orgs.), *Cursos de Derecho Internacional de Vitoria-Gasteiz 2017*, Cizur Menor (Navarra), Aranzadi, 2018, pp. 199-244.
15. «El arbitraje en las relaciones luso-españolas: la jurisprudencia portuguesa reciente», *Arbitraje. Revista de arbitraje comercial y de inversiones*, vol. XI (2018), n.º 3, pp. 735-754.
16. «¿Aplicación extraterritorial del derecho al olvido en Internet?», in *Anuario Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional*, vol. 24 (2018-2019), pp. 225-235.
17. «El rol del derecho comparado en la aplicación del Convenio Europeo de Derechos Humanos», in *Relaciones transfronterizas, globalización y derecho Homenaje al Profesor José Carlos Fernández Rozas*, Madrid, Civitas/Thomson Reuters, 2020, pp. 1109-1128.
18. «En el décimo aniversario del Reglamento de Bruselas I bis: algunas cuestiones problemáticas», *La Ley. Unión Europea*, 2022, n.º 103, pp. 1-15.

Em francês

19. «L'évolution récente du droit de l'arbitrage au Portugal», *Revue de l'arbitrage*, Paris, 1991, no. 3, pp. 419-445.
20. *La propriété intellectuelle en droit international privé*, in *Recueil des Cours de l'Académie*

- de Droit International de La Haye, tome 335 (2008), Leiden/Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2009, pp. 107-503 (republicado como livro de bolso).
21. «Libertés européennes et droit international privé (à la lumière du Traité de Lisbonne)», in *Revue Hellénique de Droit International*, vol. 64 (2011), pp. 523-584.
 22. «Droit international privé et immatériel au Portugal», *Travaux de l'Association Henri Capitant*, tomo LXIV (2014), *L'immatériel*, pp. 1053-1062.
 23. «L'arbitrage au Portugal: développements récents», *La lettre de l'AVA*, n.º 19 (março 2016).
 24. «La reconnaissance au Portugal des situations juridiques constituées à l'étranger», in *Travaux du Comité Français de Droit International Privé 2014-2016*, Paris, Pedone, 2017, pp. 263-286.

Em inglês

25. «Applicable Law in Voluntary Arbitrations in Portugal», *The International and Comparative Law Quarterly*, London, volume 44 (1995), pp. 179-191.
26. «International Arbitration and the Recognition of Foreign Arbitral Awards in Portugal», *The Arbitration and Dispute Resolution Law Journal*, December 2000, pp. 270-277.
27. «Precontractual Liability in Private International Law: a Portuguese Perspective», *Rechts Zeitschrift für Ausländisches und Internationales Privatrecht*, Tubinga, 2003, no. 4, pp. 699-725.
28. «Recognition and Enforcement of Foreign Judgments in European-American Relations», in Marshall J. Breger/Markus G. Puder (eds.), *European Union Issues from a Portuguese Perspective*, The Catholic University of America Columbus School of Law, Washington, D.C., 2007, pp. 91-106.
29. «Sources and General Principles of Portuguese Private International Law: An Outline», *Yearbook of Private International Law*, Lausanne, 2007, pp. 257-275.
30. «International Harmonization and Unification of Private Law in a Globalized Economy», in Anthony d'Souza & Carmo d'Souza (eds.), *Civil Law Studies: An Indian Perspective*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2009, pp. 37-57.
31. «Portugal», in Carlos Esplugues, José Luís Iglesias & Guillermo Palao (eds.), *Application of Foreign Law*, Munich, Sellier, 2011, pp. 301-315.
32. «Portugal», in Reto Hilty & Sylvie Nérissou (eds.), *Balancing Copyright – A Survey of National Approaches*, Berlin/Heidelberg, Springer Verlag, 2012, pp. 737-763.
33. «The Common Law of Portuguese-Speaking Countries and Territories», in Tong Io Cheng & Salvatore Mancuso (eds.), *New Frontiers of Comparative Law*, Hong Kong, Lexis Nexis, 2013, pp. 119-131.
34. «The Scope and Structure of the Portuguese Civil Code», in Julio César Rivera (ed.), *The Scope and Structure of Civil Codes – A Comparative Analysis*, Heidelberg, etc., Springer, 2014, pp. 319-329.
35. *Family and Succession Law in the Portuguese Civil Code of 1867: A 21st Century Approach*, 1st ed., Lisbon, AAFDL, 2008; 2^a ed., Panaji, Goa, Broadway Publishing House, 2014.
36. «Arbitrability of Intellectual Property Disputes: A Comparative Survey», *Arbitration International*, 2015, pp. 151-162.
37. «Investor-State Dispute Settlement in the European Perspective: Recent Developments», in Dário Moura Vicente (ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective*, The Hague, Brill/Nijhoff, 2016, pp. 247-263.
38. «Legal Reforms in the Context of the Financial Crisis: The Case of Portugal», in Mauro Bussani/Lukas Heckendorn Urscheler (eds.), *Comparisons in Legal development. The Impact of Foreign and International Law on National Legal Systems*, Zurich, etc., Schulthess, 2016, pp. 133-147.
39. «Petroleum Arbitration», in Dário Moura Vicente/Marshall Breger (eds.), *Comparative Law. Portuguese-American Perspectives*, Coimbra, Almedina, vol. III, 2016, pp. 351-371.

40. «The Principle of Territoriality in Intellectual Property Revisited», *Nederlands Internationaal Privaatrecht*, 2016, pp. 724-729.
41. «Interpretation and Application of the New York Convention by Portuguese Courts», in George A. Bermann (ed.), *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: The Application of the New York Convention by National Courts*, Berlin/Heidelberg, Springer, 2017, pp. 765-780.
42. «Portugal», in Jürgen Basedow/Franco Ferrari/Pedro de Miguel Asensio/Gisela Rühl (eds.), *Encyclopedia of Private International Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2017.
43. «Culpa in contrahendo», in Jürgen Basedow/Franco Ferrari/Pedro de Miguel Asensio/Gisela Rühl (eds.), *Encyclopedia of Private International Law Encyclopedia of Private International Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2017.
44. «Intellectual property: applicable law», in Jürgen Basedow/Franco Ferrari/Pedro de Miguel Asensio/Gisela Rühl (eds.), *Encyclopedia of Private International Law Encyclopedia of Private International Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2017.
45. «Angola», in Jürgen Basedow/Franco Ferrari/Pedro de Miguel Asensio/Gisela Rühl (eds.), *Encyclopedia of Private International Law Encyclopedia of Private International Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2017.
46. «Mozambique», in Jürgen Basedow/Franco Ferrari/Pedro de Miguel Asensio/Gisela Rühl (eds.), *Encyclopedia of Private International Law Encyclopedia of Private International Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2017.
47. «National styles of academic discourse and their impact on European Private International Law», in Jan von Hein, Eva-Maria Kieninger e Gisela Rühl (orgs.), *How European is European Private International Law?*, Cambridge, Intersentia, 2019, pp. 273-284.
48. «Data protection in the Internet: General Report», in Dário Moura Vicente e Sofia de Vasconcelos Casimiro (orgs.), *Data protection in the Internet*, Cham, Springer, 2019, pp. 1-44.
49. «Family Law in Goa after the Act of 2012: Key Concepts in the Portuguese Civil Code of 1867 and the Code of Gentile Hindu Usages and Customs of 1880», *Salgaocar Law Review*, vol. V (2019), pp. 93-106.
50. «Culpa in contrahendo and the Brussels Ibis Regulation», in Peter Mankowski (org.) *Research Handbook on the Brussels Ibis Regulation*, Cheltenham, Edward Elgar, 2020, pp. 311-328.
51. «Portugal as a Strategic Seat for International Arbitration», in André Pereira da Fonseca *et al.* (orgs.), *International Arbitration in Portugal*, Alphen aan de Rijn, Wolters Kluwer, 2020, pp. 5-16.
52. «Requirements for the Enforceability of Arbitral Awards: A Comparative Overview», in Larry de Matteo/Marta Infantino/Nathalie Potin (orgs.), *The Cambridge Handbook of Judicial Control of Arbitral Awards*, Cambridge, Cambridge University Press, 2021, pp. 84-94.
53. *International Arbitration in Portugal*, Alphen aan de Rijn, Wolters Kluwer, 2020 (co-editor).
54. «Portugal», in *International Handbook of Commercial Arbitration*, suplemento 114, Haia/Londres/Boston, Kluwer, 2021.
55. «International Law Association’s Guidelines on Intellectual Property and Private International Law (“Kyoto Guidelines”): Jurisdiction», *Journal of Intellectual Property, Information Technology, and Electronic Commerce*, 2021/1, pp. 13-43 (com Joost Blom e outros).
56. «International Law Association’s Guidelines on Intellectual Property and Private International Law (“Kyoto Guidelines”): Applicable Law», *Journal of Intellectual Property, Information Technology, and Electronic Commerce*, 2021/1, pp. 44-73 (com Marie Elodie Ancel e outros).
57. «Global Governance and Private International Law», *Indian Journal of International Law*, 2021, pp. 1-29.

58. *Comparative Law of Obligations*, Cheltenham, Edward Elgar, 2021.

Em português (apenas se indicam livros)

59. *Da arbitragem comercial internacional. Direito aplicável ao mérito da causa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
60. *Comentário à Convenção de Bruxelas de 27 de setembro de 1968 relativa à Competência Judiciária e à Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial*, Lisboa, Lex, 1994 (coautor com Miguel Teixeira de Sousa).
61. *Da responsabilidade pré-contratual em Direito Internacional Privado*, Coimbra, Almedina, 2001.
62. *Problemática internacional da sociedade da informação*, Coimbra, Almedina, 2005 (relatório de concurso para provimento como Professor Associado).
63. *O Direito Comparado após a Reforma de Bolonha. Relatório*, Lisboa, Coimbra Editora, 2009.
64. *O Direito dos Petróleos: uma perspectiva lusófona*, Coimbra, Almedina, 1.^a ed., 2013; 2.^a ed., 2015 (coordenador).
65. *Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, vol. I, 4.^a ed., 2018; vol. II, 2017; edição brasileira, 2019.
66. *Direito Internacional Privado: Ensaios*, Coimbra, Almedina, 4 vols., 2002-2018.
67. *Propriedade intelectual. Estudos vários*, Lisboa, AAFDL 2018.
68. *A tutela internacional da propriedade intelectual*, Coimbra, Almedina, 2.^a ed., 2019.
69. *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, Coimbra, Almedina, 5.^a ed., 2021 (coordenador).